

Escritos sobre evasão, emancipação e regulação: análise sobre a formação de professores no pacto nacional do Ensino Médio

Carolina Schenatto da Rosa¹
Balduino Antonio Andreola²

JUNG, Hildegard Susana; SUDBRACK, Edite Maria. *Educação e formação continuada: uma análise do Pacto Nacional do Ensino Médio – percalços, desafios e possibilidades*. Curitiba: CRV, 2016.

Para onde caminha nosso Ensino Médio? Mais do que nunca, faz-se necessário para professores, pesquisadores, pais, alunos e demais cidadãos conhecer e debater sobre a realidade do Ensino Médio em nosso país. Mal tivemos tempo de compreender as propostas do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio, lançado em dezembro de 2013, e já estamos enfrentando novas mudanças na política de formação dos jovens e adultos que frequentam a referida etapa de ensino. Neste momento em que o Governo Federal propõe mudanças profundas para o Currículo dos anos finais da Educação Básica, parece-nos oportuno e imperativo discutir critérios de qualidade desta etapa a partir das perspectivas “da evasão, da emancipação e/ou da regulação” – propostas analíticas abordadas pelas autoras Jung e Sudbrack na obra “Educação e formação continuada: uma análise do Pacto Nacional do Ensino Médio – percalços, desafios e possibilidades”, lançada na XI Anped Sul, em maio de 2016.

¹Mestranda em Educação pela Universidade La Salle, vinculada a linha de pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

²Pós-doutorando em Educação pela UFRGS. Doutor em Ciências da Educação pela Université Catholique de Louvain - Belgica (1985); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1977); Mestre em Psicopedagogia – Université Catholique de Louvain (1983); Bacharel em Filosofia pelo Seminário Central de São Leopoldo (1952); Bacharel em Teologia pelo Istituto San Pietro - Itália (1959); Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - São Paulo (1968).

Textura	Canoas	v. 19 n.41	p. 302-306	set./dez. 2017
---------	--------	------------	------------	----------------

No prefácio da obra, assinado por Maria de Lourdes Pinto de Almeida, a professora e pesquisadora ressalta a importância de um diálogo mais efetivo entre as pesquisas acadêmicas e a educação básica. Na tentativa de levar para além dos portões da universidade os resultados da investigação que originou a dissertação de seu mestrado, Hildegard Susana Jung, doutoranda em Educação pelo Centro Universitário La Salle e mestre em Educação pela URI- Campus Frederico Westphalen, juntamente com Edite Sudbrack, doutora em Educação e professora do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, apresenta neste livro o resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2015, sobre o redesenho curricular ocorrido no Rio Grande do Sul a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico. Por meio de uma análise comparativa acerca da temática da formação continuada, o estudo buscou compreender, pela perspectiva dos docentes, como se apresentam os índices de evasão das escolas que aderiram ao modelo proposto e, também, daquelas onde houve resistência. O que dizem os sujeitos que fazem a educação? Quais as representações dos docentes e gestores sobre a formação continuada e sobre implementação da referida política? Qual o papel dos professores para a efetivação das políticas públicas e para a garantia de uma educação de qualidade? Tendo como campo empírico duas escolas públicas estaduais de um município gaúcho, as autoras buscaram responder essas e outras perguntas a partir dos dados sobre evasão dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Afim de familiarizar os leitores com o campo das políticas públicas, entendidas pelas pesquisadoras como “um conjunto de ações coletivas interdependentes associadas a decisões que adoram os governos e seus representantes e que são formuladas em áreas[...]” (p.30), o primeiro capítulo da obra é destinado a introduzir a temática das políticas educacionais, mais precisamente as voltadas para o Ensino Médio. Para tal, as autoras propõem uma rápida reflexão acerca da própria educação enquanto política pública e das concepções que norteiam sua elaboração, destacando distintas correntes de pensamento que influenciam na elaboração e na execução das referidas políticas. Tendo em vista que “as políticas públicas surgem, caracterizam-se e implantam-se normalmente em meio a tensões e conflitos sociais” (p.41), e, muitas vezes, assumem a marca de uma gestão, sem ter continuidade após as trocas de governo, o Pacto construiu-se como uma alternativa para “[...]conter os altos índices de evasão e reprovação através da elevação da qualidade do ensino na última etapa da Educação Básica” (p.42).

A partir de compromissos nacionais e internacionais, nosso país tem como meta a universalização do ensino desde a pré-escola até o fim do ensino médio, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência dos educandos na escola para que usufruam de uma educação de qualidade, que “respeite a singularidade do aluno, levando em conta suas particularidades sociais e culturais”(p.59). Neste sentido, o Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio representa o compromisso da União e dos Estados pela valorização da educação, por meio da formação continuada de professores e gestores de escolas públicas das zonas rurais e urbanas. “Seu objetivo é o de aumentar a qualidade da educação oferecida no Ensino Médio e diminuir os altos índices de evasão nesta etapa da educação básica” (63).

Buscando estabelecer relações entre a educação e a formação política do cidadão, no segundo capítulo é abordada a temática da educação como princípio para o exercício da democracia e, por consequência, da cidadania. Argumentando em favor de uma pedagogia participativa, ganham destaque tanto figura do educador que pratica a pedagogia emancipadora e colaborativa, quanto a importância de um processo de gestão baseado na participação e na democracia. Neste sentido, as autoras atentam: “[...] o educador reflexivo e praticante de uma pedagogia emancipadora e colaborativa, e a escola cuja gestão seja verdadeiramente democrática *podem educar o cidadão*” (p.88). Entretanto, para que isso ocorra faz-se necessário que os professores tenham uma adequada formação política, conjuntamente à formação pedagógica, para exercer a dimensão reflexiva e emancipadora da ação docente. Fazendo a devida distinção entre ideologia política e ideologia político-partidária, Jung e Sudbrack acabam por abordar outro tema polêmico para a educação contemporânea: a “escola com partido”. Defendendo que a “formação política, portanto, é um assunto de todos e para todos, ainda que o termo esteja banalizado nos dias atuais e que muitos digam, inclusive os docentes, que odeiam política” (p.94); as autoras consideram indissociável a formação política da educação para a cidadania, preconizada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tendo em vista a dimensão pedagógica da participação e sua necessária inclusão em uma escola que forme para a cidadania, no capítulo terceiro são problematizadas as políticas públicas enquanto possibilidade de regulação e emancipação popular. Para tal, as autoras propõem-se a responder as seguintes questões: “quem regula estas ações de Estado? O cidadão participa na sua elaboração, implantação e/ou avaliação? Como, dentro das políticas públicas se dá a tensa relação entre regulação e emancipação?” (p.120).

Ao abordar a relação entre os referidos conceitos, Jung e Sudbrack entendem que “os termos *regulação* e *emancipação* caminham muito próximos na pós-modernidade, mas estão muito longe de ser sinônimos. [...] através da emancipação, que se manifestará por meio de participação, o cidadão poderá orquestrar o processo de regulação das políticas públicas, em especial as políticas educacionais” (p.124). Assim, a regulação deixaria de ser uma hegemonia do Estado e passaria a ser uma função, um direito exercido pelo cidadão emancipado que participa ativamente do processo de gestão da democrática das políticas públicas locais, gerando contínuo desenvolvimento para sua comunidade. Entretanto, é necessário lembrar que para a constituição da cidadania faz-se necessária a socialização do poder, ou seja, para que a escola eduque para a cidadania, todos devem ter acesso aos mecanismos de participação e reflexão que proporcionam o exercício direto da democracia.

Após apresentação do arcabouço teórico que guiou a investigação, no quarto e último capítulo do livro as autoras dedicam-se a apresentar o campo empírico e analisar os dados dele oriundos. Tendo como critério para a escolha das escolas as instituições que tiveram maior e menor adesão ao pacto no município estudado, objetivou-se compreender se as formações propostas pelo pacto tiveram interferência nos atuais índices de evasão, segundo representação dos gestores e docentes das referidas escolas e, ainda, se os encontros configuraram-se como uma possibilidade de emancipação e/ou regulação da referida política na perspectiva dos profissionais que participaram do processo formativo.

Em seus apontamentos as autoras consideram que

seria precipitado de nossa parte, por falta fundamentação empírica suficiente, afirmar categoricamente que os encontros de formação do Pacto Nacional do Ensino Médio contribuíram para a redução do abandono escolar, mas o que apuramos, em todos os locais pesquisados (as duas escolas, o município como um todo e o estado do Rio Grande do Sul) “é que a taxa de evasão escolar vem diminuindo e, de 2013 a 2014, deu-se a maior queda nas escolas e no município como um todo, ainda que na contabilização do estado do Rio Grande do Sul em sua totalidade, a maior diminuição tenha ocorrido de 2012 para 2013 [...]” (p.159)

Ainda, outro dado importante da pesquisa centra-se no fato de que é “durante o ano de 2014, quando os números revelam a queda mais significativa nas escolas e no município, que se deram os encontros de

formação” (p.158) e que todos os entrevistados afirmaram haver relação entre o Pacto e a diminuição da evasão escolar, estabelecendo vínculo direto entre a prática pedagógica e o abandono da escola. Ou seja, “da totalidade, depreendemos que a maioria (80%) considera que a sua prática educativa e a qualidade da educação podem melhorar a partir da participação nos encontros de formação continuada do Pacto[...]” (p.161).

A partir desta pesquisa fica nítida, portanto, a importância desta política para a qualificação do ensino público, pela mobilização dos (as)educares (as) nas jornadas de formação e pela possibilidade que estes encontros propiciaram de construção coletiva a aproximação da comunidade escolar, pois

ainda que o Pacto tenha sido instituído sem a discussão prévia envolvendo as categorias do magistério e/ou da sociedade como um todo e que seu conteúdo tenha vindo já definido nos cadernos de formação, a maioria de nossos sujeitos de pesquisa sentiu-se, como já referimos, protagonista do processo (p. 180).

Ao longo das quase 200 páginas de um texto envolvente e acessível aos que não estão familiarizados com a linguagem acadêmica, as autoras conseguiram transitar pela história das políticas públicas e da constituição de processos participativos no Brasil, situando com clareza o campo da educação nestas discussões e salientando a importância de uma política educacional eticamente comprometida com a formação de sujeitos capazes de exercer sua cidadania e “dizer a sua palavra”. A obra, além de contribuir para a discussão e o entendimento de uma política educacional abrangente e mobilizadora, mostra-se em consonância com as discussões acerca do papel da escola pública e seu compromisso constitucional com a formação para a cidadania.

Recebido em 04/03/2017
Aprovado em 28/07/2017